

42° Encontro Anual da Anpocs

GT03 - Circuitos transnacionais e pesquisas em África: desafios, dilemas e perspectivas

“Ricardo Rangel e a fotografia moçambicana: arquivos, história e memórias”

Bruna Triana (PPGAS/USP)

I. A CIDADE COMO ARQUIVO

E dentro destas cidades e vilas, as casas e as ruas: Vila Algarve, uma casa cujo nome apela cinicamente ao sol quando devia ter-se chamado casa da Pide, das torturas e das sombras, casa da morte e da maldade; rua Brito Camacho, glorificando o herói de uns, menos herói de outros. Ambiguidades, enfim, de que a revolução não podia compadecer-se. E passou uma esponja bem molhada sobre essas inscrições [...]. Trouxeram-se nomes sonantes (Eduardo Mondlane, Josina Machel), esqueceram-se outros mais obscuros, mas nem por isso menos importantes, para a vitória conquistada, como Evenia Seven ou Belina Pita Framega, ditas *Toyotas* da guerra porque foram mulheres como elas que transportaram a comida e os obuses para cima e para baixo, nos meandros do mato; mulheres que se apagaram para que os combatentes pudessem acender-se, tudo isso permitindo que a guerra crescesse até engolir a paz podre que nos cercava. [...] Esgotados os nomes, trouxeram as datas. Mas as datas são limitadas, apenas trezentas e sessenta e cinco por ano, descontando os anos bissextos, e para dar conta da profundidade da mudança houve que voltar novamente ao início [...]. Mas com os números o caso é diferente. Os números permanecem iguais desde o dia de sua invenção, na alvorada dos tempos; iguais e idênticos nos dois lados da barricada: não há quatorze revolucionários nem cinco coloniais, de forma que o enigmático número da Rua 513.2 permaneceu como estava. Tirá-lo de nome da rua seria como que desprezar a aritmética na altura em que ela era mais necessária, para dividir por todos a riqueza inacessível no tempo colonial. Seria renegá-la quando ela mais devia estar presente, para fazer as contas do futuro e descobrir como se soma e multiplica o desenvolvimento. Por mais que a revolução quisesse destruir o passado para inventar o novo futuro, não se atreveria a tanto.

João Paulo Borges Coelho, *Crónica da rua 513.2*, 2009, p. 13-15.

Talvez entrar em uma cidade seja como adentrar um arquivo. Andar pelas suas ruas tal como estrangeiro, assim como o pesquisador percorre estantes. Procurar, observar, ver, encontrar: as pessoas, os movimentos, os restos, as ruínas.

Cheguei à cidade de Maputo, pela primeira vez, em meados de 2015. Minha primeira percepção foi a de uma cidade que pulsava em diferentes ritmos, muitas vezes em desencontro e descompasso. Se eu não tinha muita ideia do que seria Maputo, no sentido de que sabia pouco daquela cidade, de sua paisagem humana, social, econômica e política, tinha, no entanto, expectativas de como seriam seus arquivos. Uma incongruência de minha parte: aberta aos imponderáveis da cidade, fechada aos dos arquivos.

As ruas logo me tomaram, como documentos descobertos pelo investigador em sua primeira consulta; seus nomes, seus movimentos e contornos, suas histórias, suas gentes, seus edifícios e suas calçadas, enfim, o trânsito que, para mim, era ainda mais caótico do que talvez de fato fosse, uma vez que a mão inglesa me confundia a todo o instante.

Morei na rua Amílcar Cabral, em 2015, e na Vladimir Lenine, em 2017. Para chegar aos arquivos, pegava a Ho Chi Min, descia a Karl Marx e virava na Josina Machel; ou, então, para ir ao outro arquivo, descia a Amílcar Cabral, seguindo até a Patrice Lumumba, virava na Samora Machel e seguia até o Bagamoyo. Quando morando na Vladimir Lenine, costumava seguir para a Universidade pela Kenneth Kaunda. Quando precisava chegar ao arquivo, descia direto a Vladimir Lenine até o seu fim, ou então virava na Ahmed Sekou Touré até a Guerra Popular e, finalmente, virava na Josina Machel. Eram ruas cujos nomes me eram tão familiares, alguns deles mesmo queridos, outros ainda desconhecidos, mas que, justamente por isso, eu buscava conhecer, pesquisar e saber mais. As ruas me afetavam. Salvador Allende, Julius Nyerere, Emília Daússe, Kim Il Sung, Agostinho Neto, Friedrich Engels: caminhar por Maputo era caminhar pela (e aprender sobre a) história moçambicana, de outros países africanos e latino-americanos, por eventos e datas importantes, pela trajetória de mártires e teóricos da esquerda mundial¹. Se a mão inglesa foi o primeiro susto, o nome das ruas foi o primeiro encanto.

Trabalhando diariamente com fotografias e reportagens de jornais das décadas de 1950 a 1970 de Maputo (naquela época, Lourenço Marques), e conversando com diversas pessoas sobre esse período, foi impossível não ser surpreendida com um olhar duplicado ao ver e ao caminhar pela cidade: a divisão centro e periferia, ou cimento e caniço, com seus novos e velhos sentidos; a Baixa da cidade, com seus cafés e restaurantes que ainda permanecem por ali, com o mesmo nome inclusive, e outros lugares que desapareceram; as construções do período colonial, abandonadas ou só de aspecto abandonado (os prédios não foram reformados ou pintados por fora), que convivem com as novíssimas construções, muitas delas de empreiteiras chinesas; os novos prédios que surgem no *skyline* da cidade, especificamente em alguns bairros, e a ponte entre Maputo e Catembe, ainda em construção, mas que já é ponto certo no horizonte, enquanto as tampas dos bueiros nas calçadas ainda dizem “L. Marques”; a Rua Araújo, hoje Rua do Bagamoyo, que segue sendo um espaço de bares e prostituição, mas diferente daquela fotografada por Rangel.

Além disso, o trabalho nos arquivos, especialmente com as fotografias de Ricardo Rangel, revelava as geografias e paisagens dessa outra cidade, Lourenço Marques, que ainda se faz presente dentro de Maputo – mas atentando que Maputo não é, apenas, o que

¹ Entretanto, é necessário notar a quase ausência de mulheres nomeadas nas ruas da cidade, sejam elas heroínas da luta de libertação ou, então, teóricas e líderes revolucionárias do mundo.

fora Lourenço Marques. Geografias e paisagens tanto porque envolvem nomes de ruas e avenidas que, após a revolução, foram alterados, quanto em razão da persistente divisão racial e sexual do trabalho, os antigos locais de segregação (como nos ônibus e cinemas) e a contínua desigualdade, as manifestações de poderio militar, as relações e situações cotidianas da cidade colonial e da cidade atual.

Dessa forma, percebi que, para além desses contatos imediatos, caminhar por Maputo, para ir ao arquivo, à biblioteca, à universidade ou ao bar, assemelhava-se ao ato de caminhar pelo próprio arquivo: procurar e perceber detalhes, resquícios, descobrir e se demorar em lugares ainda desconhecidos, questionar outros tantos, montar quebra-cabeças com informações e histórias, anotar narrativas contadas sobre algumas fotos, ruas e prédios. Na cidade, tal como no arquivo, não se trata simplesmente de “entrar” no espaço, andar pelas suas ruas ou abrir pastas de documentos: é preciso observar os vestígios e as memórias, reconhecer e compreender seus movimentos, afetos e desejos.

Ao tentar escrever sobre a Maputo que conheci, caminhei e vivi, voltei-me para Ítalo Calvino, à procura de inspirações e imagens. Talvez Maputo seja, então, para mim, algo semelhante a Zaíra, a cidade que não conta seu passado, apenas o contém:

Inutilmente, magnânimo Kublai, tentarei descrever a cidade de Zaíra dos altos bastiões. Poderia falar de quantos degraus são feitas as ruas em forma de escada, da circunferência dos arcos dos pórticos, de quais lâminas de zinco são recobertos os tetos; mas sei que seria o mesmo que não dizer nada. A cidade não é feita disso, mas das relações entre as medidas de seu espaço e os acontecimentos do passado: a distância do solo até um lampião e os pés pendentes de um usurpador enforcado; o fio esticado do lampião à balastrada em frente e os festões que empavesavam o percurso do cortejo nupcial da rainha; a altura daquela balastrada e o salto do adúltero que foge de madrugada; a inclinação de um canal que escoia a água das chuvas e o passo majestoso de um gato que se introduz numa janela; a linha de tiro da canhoneira que surge inesperadamente atrás do cabo e a bomba que destrói o canal; os rasgos nas redes de pesca e os três velhos remendando as redes que, sentados no molhe, contam pela milésima vez a história da canhoneira do usurpador, que dizem ser o filho ilegítimo da rainha, abandonado de cueiro ali sobre o molhe.

A cidade se embebe como uma esponja dessa onda que refluí das recordações e se dilata. Uma descrição de Zaíra como é atualmente deveria conter todo o passado de Zaíra. Mas a cidade não conta o seu passado, ela o contém, como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos para-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras.

Ítalo Calvino, *As cidades invisíveis*, 1990, p. 14-15.

Entretanto, se em minhas duas viagens Maputo me saltava aos olhos, fazendo-me refletir *sobre e com* a cidade, minhas experiências nos arquivos da cidade, sobretudo em 2015, eram ainda difíceis. Primeiro, tinha uma imagem muito própria de como seriam (e deveriam ser) os arquivos, o que eles deveriam ter e como deveriam funcionar. Quando pensava em arquivos, imaginava uma sala ampla, com mesas para pesquisadores e estantes de caixas e pastas ao redor ou em uma outra sala, organizados em filas, padronizados em suas cores monótonas, isto é, tudo encaixado e disciplinado. Acreditava que chegaria no local e, tão logo, me entregariam um catálogo e poderia, assim, ir folheando e, de fato, “descobrir” o que se encontrava no arquivo, anotando os números dos documentos que gostaria de consultar e que, depois, seria só procurar por eles nas estantes numeradas. Imaginava um ambiente com estantes de ferro cinza, caixas e pastas amarelas e pretas, mesas também acinzentadas, paredes e luz branca, enfim: temperatura, cores, corpos e papéis devidamente controlados. Imagem um pouco limitada e, mesmo, impossível.

Claro, eu sabia que haveriam falhas, distorções, justamente porque problemas e dificuldades de funcionamento e manutenção estão sempre muito presentes nesses espaços. Sabemos, desde os estudos críticos aos arquivos e, sobretudo, com Jacques Derrida (2001), que falhas existem em qualquer espaço arquivístico, mesmo nos mais controlados. Mais que isso, aprendemos que as falhas nos arquivos, mais que produtivas, são fundamentais justamente porque são reveladoras daquilo que falta e daquilo que sobra. Portanto, são as resistências, subjetivas e institucionais *do e ao* arquivo, que devemos buscar para produzir narrativas contra hegemônicas sobre o “monumento ao passado” – que é sempre um passado muito específico –, do qual o arquivo pode ser comprovação ou negação.

Entretanto, confesso, eu tinha certas expectativas idealizadas de funcionamento e de pesquisa. Expectativas que foram confrontadas com espaços reais que, como todo arquivo, têm seus próprios problemas de manutenção, organização e acesso. Ademais, além desse estranhamento, em 2015, eu havia recém iniciado o doutorado; por isso, acredito que, por ser um período ainda inicial de pesquisa, havia uma falta de foco e uma tentativa de “dar conta de tudo”, atitude que atrapalhava o trabalho nos arquivos.

Nesses primeiros dias em Maputo, entrei em contato com o Arquivo Histórico de Moçambique (AHM) e com o Centro de Documentação e Formação Fotográfica (CDFS); nos dois locais, minha entrada foi autorizada. O outro local que eu mencionava no projeto inicial para pesquisa no acervo era a Associação Fotográfica Moçambicana (AFM), que se encontrava fechada em todas as vezes que passei por lá nesses primeiros dias. Uma semana

depois, porém, consegui conversar com o atual presidente da AFM, o fotógrafo e cinegrafista João Costa (conhecido como Funcho), que comentou que a sala se encontrava quase sempre fechada e, há anos, não faziam exposições e eventos por lá.

Contudo, minha falta de foco nas primeiras semanas dificultou um pouco o trabalho de campo. Na ânsia de querer ver todo o material possível, dividia meus dias entre os dois arquivos, perguntando por documentos e coleções, sem dar conta de olhar, ler e analisar todos eles, de maneira a acumular cada vez mais materiais para os dias seguintes. Depois de quase três semanas de investigação, mais ou menos, percebi que me afundava em meio a fotos, negativos, jornais, manuscritos e atas e que não tinha nada de “concreto” para me agarrar nesse naufrágio – como um problema ou hipótese que me sustentasse e que me desse algum direcionamento nesse mar de papéis e rastros do passado.

Finalmente, me dei conta do equívoco dessa abordagem megalomaniaca e decidi, então, concentrar-me no que, naquele momento, me parecia mais interessante, tendo em vista os materiais que os arquivos possuíam e os objetivos do projeto de pesquisa.

O fato é que eu passava meus dias a pesquisar nos arquivos, olhando para fotos e reportagens; ao sair, percebia a mim mesma caminhando pela atual Maputo com esse “olhar duplo”, a cidade arquivada em tensão com a cidade atual. Confrontava uma reportagem na *Tempo* (10 de janeiro de 1971), sobre um escândalo na construção dos prédios hoje conhecidos como PHs, enfileirados na Vladimir Lenine, rua onde eu morava, com sua pintura, provavelmente de 1971, seus vendedores de crédito de celular e de frutas e verduras nas calçadas. O Café Continental, praticamente o mesmo das fotos, mas com a esplanada, hoje, em um deque na calçada, com pessoas negras e brancas a tomar seus cafés e os funcionários (estes, sim, todos negros) com seu uniforme de capulana. Logo em frente ao Continental, as ruínas do que é conhecido como Prédio Pott, destruído em um incêndio em 1991, hoje abrigando comércio ambulante e popular, juntamente com pessoas em situação de rua que vivem pelos escombros.

A ruína do Prédio Pott me chamava a atenção. Se Maputo havia mudado bastante entre 2015 e 2017, com novos prédios, a ponte para Catembe já encaminhada, novos bares e lojas, a ruína do prédio, por sua vez, seguia lá. Foi o professor Aurélio Rocha quem me contou mais sobre a construção. Erguido em 1905, pertencia ao holandês Gerard Pott, que

se casou com Carlota Especiosa de Paiva, mulher mista², com quem teve Karel Pott, advogado que trabalhou com João e José Albasini, fundadores de *O Brado Africano*³. O prédio abrigava lojas de comércio e o escritório de Karel, até sua morte, em 1953.

Essas ruínas articulavam, em mim, diversas inquietações. Primeiro, pensava no conceito de “rastros”, presente não só no arquivo, mas também na própria cidade, conceito que conduz à questão da memória, um de meus interesses de pesquisa:

[...] o rastro inscreve a lembrança de uma presença que não existe mais e que sempre corre o risco de se apagar definitivamente. [...] Por que a reflexão sobre memória utiliza tão frequentemente a imagem – o conceito – de rastro? Porque a memória vive essa tensão entre a presença e a ausência, presença do presente que se lembra do passado desaparecido, mas também presença do passado desaparecido que faz sua irrupção em um presente evanescente (Gagnebin, 2006, p. 44).

Pensava, também, no projeto *Usakos, photographs beyond ruins*, dos curadores Lorena Rizzo, Paul Grendon, Giorgio Miescher e Tina Smith (2015). Ao visitarem Usakos, na Namíbia, com a pretensão de pesquisar a linha férrea construída na cidade e a implementação da segregação espacial e do planejamento urbano do *apartheid*, nos anos 1920-1960, elas se encontraram com quatro mulheres negras da comunidade que compartilharam suas coleções fotográficas e arquivos pessoais com os curadores. Nesse sentido, problematizando os arquivos nacionais da Namíbia, que seguem marcados por parâmetros e geografias impostas por repositórios convencionais e ocidentais, a coleção dessas quatro mulheres é tomada como fundamental, muito além de sua “função” documental, isto é, apenas como registro de pessoas e lugares, situações e relações. As fotografias são tomadas como arquivo alternativo, subalterno, não apenas em termos de conteúdo de suas imagens, mas, também, no que essas coleções, em sua materialidade, logram falar sobre práticas fotográficas. Mais ainda, o arquivo alternativo ou subalterno não é só questão de visualidade e estética, mas uma qualidade que emerge de sua produção imagética, uso, performance e exposição (Rizzo *et al*, 2015, p. 15).

² Ainda que o termo “misto” seja, também, problemático, e tendo em vista artigo de Thomaz (2005) sobre a questão racial em Moçambique, optei por utilizar o termo.

³ João e José Albasini fundaram a associação Grêmio Africano e os jornais *O Africano* (1908-1918) e *O Brado Africano* (1918-1974). “Através de *O Africano* e do protagonismo de João Albasini e de *O Brado Africano*, na sua fase mais combativa, a qual coincidiu com a actividade jornalística de Karel Pott e do poeta Rui de Noronha nos anos 30, estes homens de letras, imersos num processo colonial em ascensão, produziram um corpo de ideias que, embora contraditórias e descontínuas, como argumenta Mario Pinto de Andrade, representavam a primeira forma coletiva de estar com o seu tempo” (Mendonça, 2014, p.21).

As ruínas deixadas pelo colonialismo, pelo *apartheid*, pelas guerras de libertação e pelos conflitos civis são tanto materiais quanto imateriais. O prédio abandonado talvez seja, para mim, um memorial, lugar de memória de coisas, pessoas, vozes, histórias e arquivos passados, mortos, que não cabem mais na cidade que é a Maputo de hoje, moderna e cosmopolita, mas que seguem ali, no centro da cidade, como rastros da Lourenço Marques que visito cotidianamente em fotografias e outros papéis – cidade que não conheci, como pouco conheço Maputo, estrangeira que sou; mas nessas duas cidades vou colhendo reminiscências alheias que conformam uma outra cidade, um pouco mais minha, mais conhecida, mais familiar.

Essas imagens do passado, guardadas nos arquivos de Maputo, assim como a ruína do Prédio Pott, tampouco são apenas registros documentais de um tempo passado longínquo. Esse é um aspecto fundamental do arquivo: seu papel não é apenas guardar, mas, também, difundir o que conserva, por meio do acesso de pesquisadores, estudantes, professores, curadores e curiosos. A partir dos usos que essas pessoas fazem do que ali encontram, tais fotografias e documentos passam a ficar expostos a outras investigações, publicações e exposições as mais diversas; e, em cada uma dessas possibilidades, seus significados são renegociados e reinterpretados. Com os arquivos e com os produtos de seus acessos, usos e reusos, podemos perceber quais histórias estão sendo contadas, quais rupturas e continuidades podemos conjecturar entre a cidade do passado e aquela que se nos mostra no presente, enfim, entre colonialismo e pós-independência. Como ruínas, e para além delas, as fotografias e os arquivos são rastros e vestígios de um passado e de uma memória em constante disputa e transformação.

Desde os meus primeiros olhares para Maputo, percebi uma cidade cosmopolita, agitada, com uma desigualdade social evidente e, portanto, também em constante transformação e disputa. Foi interessante voltar à capital moçambicana dois anos depois de minha primeira visita e, com isso, reencontrar a cidade e as pessoas. Retornar foi retomar uma relação de afeto e estranhamento com a paisagem urbana, com a dinâmica da cidade e com as pessoas que a habitavam. Ao mesmo tempo em que reconheci lugares, sabia aonde ir e como circular, confirmando algumas impressões anteriores – desde o fato de muitas calçadas da Baixa serem estacionamento para carros, dos chapas dirigirem convulsivamente pelas ruas, até a percepção da desigualdade inequívoca e suas intersecções com raça, classe e gênero. Mas, por outro lado, percorri novos caminhos e

empreendi novas descobertas (tanto na cidade, como nos arquivos), e esses encontros tiveram suas surpresas e novos estranhamentos, fazendo-me rever impressões prévias.

Em meio a esse processo de reconhecimento e revisão, tive o auxílio do caderno de campo de minha primeira viagem, o que me permitiu, além de refletir um pouco mais em torno da minha primeira aproximação a Maputo, pensar no que devia retomar ou mudar na aproximação e realização do trabalho nos arquivos⁴. Por outro lado, com o caderno de campo em mãos, pude rever as anotações das entrevistas e conversas realizadas em meados de 2015, percebendo quais perguntas rendiam mais, quais pessoas gostaria de combinar um novo encontro, que pessoas fundamentais eu ainda não havia encontrado⁵.

Articulando, então, as fotografias e os jornais do passado com esses novos encontros, caminhos e andanças, Maputo passou a figurar como uma cidade cindida por raça, classe e gênero. Cito um exemplo. Não se vê pessoas brancas circulando a pé pela cidade, para ir ao trabalho ou fazer suas compras; elas moram nos bairros centrais ou nobres da antiga cidade de cimento ou, em alguns casos, se longe do centro, em bairros com asfalto, acesso à água e à luz⁶. Em bairros do subúrbio, periféricos, não moram pessoas brancas. Hoje, vê-se, inclusive, o começo de um tipo de turismo nesses bairros, especialmente em regiões cultural e historicamente importantes, como a Mafalala – bairro que demarcava a fronteira entre o caniço e o cimento no tempo colonial, e no qual importantes personalidades moraram – como José Craveirinha e Samora Machel. Uma associação oferece *walking tours* por esse bairro, passando pela casa de Samora, pelo mercado, por uma curandeira e terminando na própria associação, com uma dança tradicional⁷. Eu mesma queria conhecer a Mafalala, visitar a casa de Samora e de Craveirinha, andar por aquele bairro sobre o qual havia lido tanto, um bairro que era, tanto quanto a Baixa, um arquivo urbano para mim. Enquanto caminhava pela Mafalala com uma amiga, que, por insistência minha, estava fazendo essa espécie de “tour” comigo, duas

⁴ Pensando que, em minha primeira viagem, uma das dificuldades foi realizar a pesquisa nos arquivos, uma vez que, como já comentei, minha aproximação metodológica foi, por assim dizer, algo caótica.

⁵ Foi com o auxílio indispensável dos professores Teresa Cruz e Silva e de Aurélio Rocha que pude transitar melhor pelo circuito intelectual de Maputo, entre jornalistas, artistas e professores que viveram e estudaram o período colonial e a independência em Moçambique.

⁶ “Negros constituem 99% da população total do país, 99,5% da população rural e 97,6% da urbana. Mistos, brancos e indianos estão, assim, concentrados, fundamentalmente, em áreas urbanas: se 0,1% da população rural é mista, a presença estatística de brancos e indianos fora das cidades é nula” (Thomaz, 2005, p.255).

⁷ O *tour* é oferecido pela associação IVERCA, a mesma que produz o Mafalala Festival. Já em voga em outras cidades africanas e latino-americanas, esse é um *tour* “seguro” para que os turistas, sobretudo aqueles oriundos da Europa, possam conhecer esse bairro tão importante cultural e historicamente. Informações sobre a associação e o *tour* estão disponíveis em: <http://www.iverca.org/>. Acessado em: 16/09/2018.

mulheres (negras) nos ultrapassaram enquanto conversavam em changana; essa amiga rindo vira-se para mim e traduz o que acabara de ouvir: “Ela disse ‘olha a negra a ser babá da branca’”. Assim, se os bairros pobres são exclusivamente negros, a divisão da cidade está baseada, também, na classe social, em que brancos, indianos e negros ocupam as camadas médias e as elites empresariais, comerciais e políticas⁸.

Nesse sentido, trata-se de uma cidade agitada e cosmopolita, com suas peculiaridades, com certas regiões atendidas por ruas asfaltadas e fornecimento quase ininterrupto de água e luz, contrastando com periferias de terra batida, casas de caniço e sem serviços básicos (energia elétrica, água encanada, saneamento). Aparentemente, a divisão tão visível nas fotos de Rangel do período colonial, entre cidade de cimento e cidade de caniço, continua, mas com novos sentidos e separações. De fato, a cidade de cimento, hoje, é também negra; porém, a cidade de caniço continua sendo apenas negra.

A Baixa da cidade, a avenida Julius Nyerere, a Ponta Vermelha, espaços que contornam a longa costa urbana, é onde se encontram os principais bares, cafés, restaurantes e centros culturais; entretanto, a Baixa é também o lugar da antiga Rua Araújo, hoje Rua do Bagamoio, cujos prédios estão depredados e com a aparência de abandonados. Se a rua ainda é um ponto de encontro e trabalho de prostitutas, já não o aparente *glamour* presente nas imagens de antes, mas decadência, comércio de drogas, precárias condições de trabalho e sociabilidade. Na Baixa, em frente aos bares, cafés e restaurantes, frequentados pelas camadas médias, homens e mulheres imploram por esmolas ou vendem castanhas, artesanatos, peças de celulares, etc. Quando saímos do “coração da Baixa”, pela 25 de Setembro em direção aos Caminhos de Ferro, é esse mesmo comércio popular que domina as ruas e calçadas. Na avenida Guerra Popular, um verdadeiro *shopping* ambulante se espalha pelas calçadas. Em contrapartida, na Julius Nyerere, no bairro da Polana, ou então nos *shoppings*, encontra-se um comércio com suas vitrines regulares e reguladas.

Beatriz Sarlo (2014) contrapõe os *shoppings* e os ambulantes para refletir como essa circulação e consumo de mercadorias também define formas a partir das quais a cidade é negociada, usada e criada, gerando mudanças e inovações no espaço público.

⁸ Falar em classe social em Moçambique é complicado, pois os contextos são outros e a desigualdade faz com que a divisão de classe baseada em distribuição de renda (alta, média, baixa) coloque em uma percentagem mínima da população, concentradas nos centros urbanos, nos estratos médios e altos. Dentro destes estratos pode haver grande diferença de renda (entre elites e classes médias), mas a diferença entre esses estratos e os mais pobres é muito maior. Para dados de população e renda, conferir o Inquérito de Orçamento Familiar, de 2014/2015, disponível em: <https://bit.ly/2xt4Zka>. Acessado em: 18/09/2018.

O *shopping* é imaginariamente inclusivo, embora os diversos níveis de consumo sejam excludentes. Pelo ângulo da inclusão imaginária, o *shopping* cria o espaço da comunidade de consumidores, cujos recursos são desiguais, mas que podem ter acesso visual às mercadorias em exposição de um modo que as velhas ruas comerciais socialmente estratificadas não permitem [...]. O *shopping center* assegura alguns dos requisitos exigidos de uma cidade: ordem, claridade, limpeza, segurança [...], dá a ilusão de ser independente da cidade e do clima [...]. Diante do relativo acaso do que poderia acontecer na rua, o *shopping* repete seus ritmos atrás de suas superfícies lustrosas (Sarlo, 2014, p. 9-10).

Seria possível pensar que a comparação entre a cidade e o arquivo atrapalharia a reflexão sobre as transformações e mudanças ocorridas na cidade desde a independência; afinal, uma cidade “obrigada a permanecer imóvel e imutável”, como Zora, “definiu, desfez-se e sumiu” (Calvino, 1990, p.20). Mas os arquivos também se transformam, tal qual a cidade, não apenas em razão de mudanças institucionais, de políticas em suas lógicas de funcionamento, mas, sobretudo, pelos usos que são feitos dele. Se no “tempo colonial” o AHM servia ao propósito de guardar a documentação da administração, documentação que poderia ser usada para produzir relatórios de gastos, de produção, etc., no período pós-independência esses mesmos documentos passaram a servir de denúncia à exploração colonial. De alguma maneira, então, ruína é também mudança, é a transformação de algo que foi e que já não é, e sua presença provoca outros afetos que outrora não provocava.

As divisões da cidade, com suas transformações e disputas, buscam dar conta de diversos eixos que configuram a cidade e seu arquivo. Nesse sentido, mais difícil parece ser refletir e falar sobre esses vestígios do passado nas relações sociais atuais. Tais vestígios estão presentes, por exemplo, nos discursos difusos que encontrei sobre “os velhos tempos”, em que “a cidade era muito mais bonita” (uma retórica nostálgica e branca, é necessário dizer, que omite a exploração, o racismo e a divisão do trabalho por raça que existia), nas relações de trabalho (entre patrões e empregadas, que conservam traços servis e lembram, em muitos aspectos, essas mesmas relações de trabalho no Brasil), na presença da religião (católica, antes, e hoje, especialmente, neopentecostal). A relação entre o passado colonial e o presente das relações políticas, econômicas e sociais é complexo, porquanto não há ligações ou conexões diretas.

No “mato”, mas também longe dele, no “caniço” ou no “cimento”, são cotidianas as histórias sobre o “tempo colonial”. Trata-se de um longo período, entrecortado por matizes de toda a ordem. [...] De um pré-colonial que se adivinha aqui e ali e se anuncia numa possível interpretação da guerra civil recente; de um colonial que se respira na divisão urbana da cidade capital, nas relações entre patrões e empregados

nos dias atuais, nos comportamentos assumidos por brancos que chegam em Moçambique ou retornam a este país, e por negros que ascenderam; de um pós-colonial que se prometeu e se promete nas histórias dos heróis (Thomaz, 2009, p. 268-270).

Se minha intenção inicial de pesquisa era pensar como as fotografias de Ricardo Rangel conseguiam movimentar uma memória cuja constituição está em disputa, acredito que o campo me mostrou que a própria cidade de Maputo, ou pelo menos a sua narrativa enquanto cidade, também está em disputa. Afinal, a convivência dos resquícios coloniais com os resquícios do período socialista (somados aos vestígios da guerra civil) se encontra tanto nos arquivos quanto nas ruas e prédios, provocando choques e ambiguidades. Nesse período que estive em trabalho de campo, pude entrever que rastros do passado estão presentes em diversos aspectos da vida social moçambicana, nas construções e nas relações sociais, mas, especialmente, nas ruas, nos discursos, nas moralidades, nos imaginários.

II. ARQUIVO E(M) (DES)ORDEM

He who seeks to approach [the] buried past must conduct himself like a man digging. [...] He must not be afraid to return again and again to the same matter; to scatter it as one scatters earth, to turn it over as one turns over soil. For the matter itself is only a deposit, a stratum, which yields only to the most meticulous examination what constitutes the real treasure hidden within the earth: the images, severed from all earlier associations, that stand – like precious fragments or torsos in a collector’s gallery – in the prosaic rooms of our later understanding. True, for successful excavations a plan is needed. Yet no less indispensable is the cautious probing of the spade in the dark loam, and it is to cheat oneself of the richest prize to preserve as a record merely the inventory of one’s discoveries, and not this dark joy of the place of the finding itself. Fruitless searching is as much a part of this as succeeding, and consequently remembrance must not proceed in the manner of a narrative or still less that of a report, but must, in the strictest epic and rhapsodic manner, assay its spade in ever-new places, and in the old ones delve to ever-deeper layers.

Walter Benjamin, *A Berlin Chronicle*, 1978, p. 26.

Desde, pelo menos, a década de 1970, os arquivos, enquanto instituições sociais, foram colocados em uma posição de questionamento. Michel Foucault (1986), Allan Sekula (1989) e Ann Laura Stoler (2010), por exemplo, foram alguns intelectuais que problematizaram a forma como se dá a construção do arquivo, sua disciplina e disposição, seus dispositivos e regimes de verdade. Por sua vez, Jacques Derrida (2001) procurou colocar em tensão as “falhas” do arquivo monumentalizado, a falsa objetividade e estabilidade que ele emite, a alteridade do arquivo.

Conforme apontou Derrida (2001), o monumento arquivo é marcado por alguns elementos chaves: o *local físico*, onde se institucionaliza e domicilia o documento, seguida pela *legitimação*, que é dada pelo catálogo, que além de acomodar os documentos em caixas e prateleiras, os coloca em uma relação – ao serem agrupados por alguém que percebeu (construiu) uma conexão entre eles, seja temporal, institucional ou pessoal, processo que constitui, em alguma medida, uma *autoridade hermenêutica*. Nessa medida, o poder de selecionar e excluir, de listar, relacionar e dispor os elementos permeia o ambiente. Portanto, temos consciência de que nesse espaço não há objetividade, não há verdade histórica, não há estabilidade.

O que podemos pensar a partir e com esses autores é que temos uma ideia muito própria e específica de arquivo como um monumento fechado, um espaço de salvaguarda do passado, de uma certa “verdade histórica”. Ainda que tais autores tenham refletido intensamente sobre a noção e a construção do arquivo, ela ainda opera de forma um pouco difusa quando entramos, de fato, nesse prédio que “guarda o passado”. Entramos com perguntas na ponta da língua: de que passado se trata? Feito para e por quem? Como foi constituído? O que se guardou e o que foi excluído nesse processo?

Eu tinha essas perguntas em mente ao me preparar para a pesquisa nos arquivos em Maputo. Questionar os catálogos e a organização, as políticas de preservação e exclusão, suas lógicas classificatórias, os instrumentos arquivísticos. Adentrei esses espaços, então, pré-disposta a tensioná-los, examinando sua disposição, política, feitura. Assim, tinha uma imagem de como deveriam ser organizados esses documentos, dos catálogos e das listas que deveriam ser disponibilizados para a consulta, das condições de preservação para que esses documentos não se apagassem – afinal, são tão frágeis esses rastros que nos sobram.

Todavia, me deparei com instituições em que havia caixas amontoadas pelo chão (e era ali que eu tinha que procurar os materiais desejados); com documentos que, supostamente, deveriam estar ali, mas que não estavam (teriam sido perdidos ou sido roubados?); com poucas e poucas condições de preservação e manutenção, tanto dos documentos quanto dos próprios edifícios. Como estabelecer, nesse contexto, uma crítica a tal construção institucional e política do arquivo quando, aparentemente, não havia construção, e sim caos? Percebi, então, o quanto essa imagem já pressupunha certas ideias – presentes, inclusive, nos estudos críticos aos arquivos – e estava orientada por padrões normativos e geográficos específicos (cf. Buckley, 2005; Harris, 2002; Rizzo *et all*, 2015).

A partir de minha experiência nos arquivos de Maputo, sobretudo em razão do meu último período de campo, compreendi que fazer a crítica a esses arquivos, questionar suas políticas, princípios e regras, devia, também, levar em conta outros fatores. A aparente desordem passou a me figurar como algo significativo, parar além da falha ou da falta – de organização, de manutenção. Isso, porque as imperfeições, tal como colocou Roland Barthes (1977, p. 217), podem aparecer como fascinações por aquilo que “parece estar vivo e ainda assim não se move: presença imperfeita, morte imperfeita; nem esquecimento nem ressurreição; simplesmente a atração exaustiva da memória”.

Por exemplo, um dos arquivos em que trabalhei era uma instituição constituída em 1930, um arquivo colonial, promovido e instituído pela administração portuguesa para melhor armazenar a documentação produzida pelos “saberes coloniais” sobre o território. Documentação essa que incluía: fotografias dos territórios e das populações, atas e documentos produzidos pelos postos administrativos, pesquisas etnográficas sobre alguns povos/etnias, pesquisas sobre as terras, ou seja, toda a sorte de documentação encomendada, produzida e alavancada pelo governo colonial – e que, com o devido distanciamento temporal, pudesse ser lá alocada. Estava ali, domiciliado, classificado e organizado parte do passado português de formação e formatação de uma de suas colônias⁹.

Mas, com a independência de Moçambique, em meados de 1975, o que fazer com todo esse material produzido pelo colonizador? O que fazer com seus saberes, suas cronologias, suas classificações, enfim, com seus arquivos?

Ao trabalhar nesses locais, é importante refletir sobre as transformações políticas e econômicas em Moçambique e como a produção de arquivos está intimamente articulada às transformações na própria produção da memória oficial, social e coletiva¹⁰. Penso, aqui, na reestruturação do sistema social, político, econômico e administrativo: de finais do século XIX até 1975, sob a administração portuguesa e, especialmente, o período chamado de “tardo-colonial” (1950-1975), de desenvolvimento industrial nas cidades¹¹; depois de 1975, após a guerra de libertação que durou 10 anos, com a independência e a opção socialista de organização social e desenvolvimento econômico (período revolucionário que

⁹ Apesar de ter sido criado na década de 1930, o arquivo nunca foi centralizado. Foi só após a independência que se procedeu o recolhimento, “em todo o país e a todos os níveis, [d]a documentação colonial até à data da independência nacional” (AHM). Disponível em: <<https://bit.ly/2IwEluj>>. Acesso em: 07/05/2018.

¹⁰ Para uma análise da correlação entre arquivos e contextos sócio-políticos, com ênfase no caso sul-africano, cf.: Harris (2002).

¹¹ Para uma definição sócio histórica do termo/período “tardo-colonial”, cf.: Castelo *et all* (2012).

poderia ser delimitado, mais ou menos, de 1975 à 1986, ano da morte de Samora Machel); e o período posterior ao fim da guerra civil, em 1992, quando assinou-se o acordo de paz e o neoliberalismo entrou, sem pudores, no país. Esses contextos influem, decisivamente, no modo como os arquivos foram e são criados, (re)organizados e acessados.

O AHM foi criado em 1934, como órgão ligado à Repartição Técnica de Estatística, tendo como funções ser um “instrumento de cultura histórica” e um “arquivo do governo da Colônia”¹². Após a independência, o arquivo passou aos cuidados da Universidade Eduardo Mondlane (UEM), que buscou reorganizá-lo, tendo como prioridade “criar as infraestruturas indispensáveis e recolher, em todo o país e a todos os níveis, a documentação colonial até à data da independência nacional”¹³. Trata-se, hoje, do maior arquivo do país, abarcando coleções de jornais, atas, documentos governamentais, memorandos, áudios e fotografias, desde o período colonial até a atualidade. Além dos documentos já coletados e mantidos no arquivo colonial – que, após a independência, deveriam receber outra classificação e organização –, outros documentos entraram no AHM: atas de congressos, cartas, fotos, cartilhas, publicações e materiais produzidos ao longo dos anos da guerra de libertação pela Frelimo, por exemplo. Por sua vez, o CDFE, criado na década de 1980, começou como uma escola pública de formação de fotógrafos e foi se constituindo enquanto um acervo fotográfico no decorrer do tempo¹⁴.

Em ambos, portanto, as reorientações políticas do país tiveram repercussões, com mudanças nos objetivos e políticas institucionais, na preservação e nos usos do arquivo e de suas coleções. Intelectuais moçambicanos e estrangeiros se empenharam, após 1975, na construção da história do país, desde uma perspectiva marxista e junto com os operários, trabalhadores migrantes, camponeses e combatentes. O arquivo colonial, nesse sentido, foi densamente utilizado para procurar os acordos administrativos que convocavam trabalhos forçados, os registros sobre as remoções de pessoas, os processos de invasão e tomada de terras por colonos, as estatísticas de migração às minas sul-africanas, por exemplo. Essa documentação do poder colonial foi, portanto, utilizada para desvelar seus processos perversos de exploração, violência e abusos¹⁵.

¹² Informações disponíveis em: <<https://bit.ly/2lwEluj>>. Acesso em: 07/05/2018.

¹³ Citação disponível em: <<https://bit.ly/2lwEluj>>. Acesso em: 07/05/2018.

¹⁴ Dados colhidos em conversas com Antonio Sopa e Isabel Mahutsane, em outubro de 2017. Não vou entrar na questão do processo de formação e na dinâmica de acesso de outros arquivos, tampouco no fato de que em muitos arquivos/acervos é difícil conseguir autorização para entrar e outros estão fechados ao público.

¹⁵ O CEA, por um longo período após a independência, contou com vários cientistas sociais e historiadores empenhados em realizar investigações, abrir cursos de formação, etc. Passaram pelo Centro intelectuais

Ao período de governo revolucionário da FRELIMO, digamos assim, entre 1975 e 1986 (em uma delimitação um pouco forçada e redutora, como sempre são as delimitações temporais), corresponde, então, um grande esforço intelectual de produção que buscou, justamente, narrativas contra hegemônicas acerca do que estava armazenado nos arquivos. Esses documentos começaram a contar outras histórias. Ademais, outros documentos, além dos produzidos pela Frelimo, entraram para o arquivo, como, por exemplo, os áudios de entrevistas com mineiros migrantes ou com funcionários do baixo escalão da burocracia da administração colonial – como é caso das entrevistas com Raúl Honwana¹⁶. A questão é que novos materiais passaram a habitar o arquivo para disputar com, e “tensionar” os, materiais que já se encontravam lá.

Dessa forma, podemos pensar que a cidade e o arquivo se transformaram ao longo desses diferentes contextos. Mudanças e disputas, nas ruas e nas estantes, que foram dando outra forma e outro contorno a novos ou velhos locais, a atas e documentos, a memórias e imaginários. Por exemplo, após a independência, o fato de fotografias do tempo colonial que foram censuradas passarem a ser publicadas, ou a nacionalização das habitações, sugerem histórias centrais sobre os desejos de uma outra sociedade que se queria construir a partir da memória do passado e da transformação das condições daquele presente.

No AHM, o acervo está dividido em diferentes locais: jornais, revistas, áudios e livros se encontram em um prédio na baixa de Maputo (em um travessa da Rua do Bagamoyo, a Travessa Varietá), sendo, também, a sede administrativa do arquivo. Outros tipos de documentação (como atas, documentos de órgãos administrativos, etc.) estão em um prédio no Campus Universitário da UEM; fotografias e materiais imagéticos (negativos, slides, etc.) compõem a Fototeca Nacional e foram alocados em um prédio ao lado da Biblioteca Nacional, na Baixa da cidade (Avenida 25 de Setembro). No entanto, muitos materiais (jornais e outros documentos produzidos por instituições da administração colonial) ainda se encontram na antiga sede do arquivo, também localizado

como Yussuf Adam, Aquino de Bragança, Isabel Casimiro, Teresa Cruz e Silva, Collin Darch, Jacques Depelchin, Ruth First, Allen Isaacman, Bridget O’Laughlin, Jeanne Penvenne e tantos outros. Além desses trabalhos, em conversas com Antonio Sopa e Aurélio Rocha, ambos os professores mencionaram o trabalho de (re)organização, tratamento e pesquisa no AHM logo após a independência, trocando e auxiliando uns aos outros, escavando e descobrindo documentos nos arquivos. Sobre a experiência pioneira do CEA e suas pesquisas coletivas, cf.: Darch (2017) e Fernandes (2012).

¹⁶ Infelizmente, não encontrei essas entrevistas disponíveis no AHM, apesar da ajuda dos professores e dos funcionários ligados à instituição. Tais entrevistas foram realizadas no âmbito das Oficinas de História, por Yussuf Adam, Amélia Neves de Souto, Isabel Casimiro, Jacques Depelchin e outros pesquisadores.

no centro da cidade (na Avenida Filipe Samuel Magaia), local sem condições de acesso ao público. Essa foi a separação que percebi ao frequentar esses locais¹⁷.

O prédio localizado na Avenida Filipe Samuel Magaia, já em 2015 (minha primeira viagem à campo), encontrava-se fechado ao público. Na época, eu e uma amiga brasileira, também doutoranda, pesquisávamos no AHM. Ela conseguiu que um funcionário a levasse até o local e voltou dizendo que um dos andares onde se encontra o arquivo, o subsolo, estava inundado. Em 2017, o prédio seguia fechado por problemas estruturais. Nessa ocasião, um outro amigo, pesquisador moçambicano, teve acesso ao prédio e relatou que não havia condições de realizar pesquisa no local. Além da falta de estrutura para tanto, percebia-se a ação de ratos e baratas pelo cômodo, pelas caixas e estantes, e o manuseio dos materiais que estavam lá constituía um risco real ao próprio pesquisador, pela presença de fungos e traças. Com efeito, os documentos ali arquivados estavam sendo destruídos¹⁸. Como me disse, certa feita, um professor, os arquivos moçambicanos estão “cuidadosamente abandonados”, já que políticas públicas de investimento na preservação e manutenção são escassas – justamente porque não contam com o interesse político.

Contudo, por outro lado, a situação do arquivo da Avenida Filipe Samuel Magaia, bem como a ruína do Prédio Pott, faz pensar em como sinais de decadência mobilizam discursos muitas vezes morais do que e como devem ser preservadas as coisas. Liam Buckley (2005, p.250) conecta o discurso acadêmico sobre preservação com um ideal desenvolvimentista, em que alcançar os padrões estabelecidos, pelo ocidente, de arquivamento e manutenção é sinal do desenvolvimento do estado pós-colonial desde sua história colonial: “the decay causes controversy because it reminds us of our feelings for, and intimacy with, colonial culture and asks that we imagine ways of finally letting go”.

Um dos muitos pontos a serem pensados com essa frase é em relação a nossas próprias colonialidades epistemológicas, nosso apego a tais rastros, ainda que estejamos conscientes de nossas posições e dispostos a ler o arquivo “against the grain” (Stoler, 2010). Outros autores, como Verne Harris (2002) e Olívia Maria Cunha (2004), apontam para o arquivo enquanto “territórios onde a história não é buscada, mas contestada, uma

¹⁷ No *site* do AHM, outra disposição é traçada: a documentação primária estaria no Arquivo Permanente, na UEM; no prédio ao lado da Biblioteca Nacional, ficariam as Coleções Especiais; e são mencionados, ainda, dois outros locais para depósito e conservação de documentos (o prédio da Avenida Filipe Samuel Magaia e outro na Rua Timor Leste). Informações disponíveis em: <<https://bit.ly/2IvTuAn>>. Acesso em: 07/05/2018.

¹⁸ Dessa forma, materiais importantes para a pesquisa (a coleção do jornal *A Tribuna* e o *Diário de Moçambique*, por exemplo) estão em risco de deterioração e, em razão disso, não puderam ser analisados.

vez que constituem *loci* nos quais outras historicidades são suprimidas” (Cunha, 2004, p. 292). Contudo, nos discursos de preservação, desenvolvimento e modernização abarcando tais locais, está presente nosso próprio desejo de preservação desse “patrimônio” histórico. Tais discursos são também mobilizados pelas próprias instituições, por seus diretores, e mesmo pelo Estado, que buscam explicações para a decadência dos arquivos. Contudo, a provocação de Buckley é a pergunta do porquê a decadência não pode ser permitida.

Dirt, dust, mold, torn paper, water damage, rodent droppings, empty folders, missing items – this is the stuff of the narratives of decay that accompany the presence of colonial artifacts in postcolonial archives. At their inception, the establishment of archives signaled the ability of the new nation state to legislate with authority – to keep itself and its citizens in order, to maintain its heritage and secrets, to foster culture, and to grant public access. Today, instead of symbolizing the advance of independence and its “gifts” of development, progress, and modernization, postcolonial archives are sites of decay and loss, serving as evidence of postcolonial inefficiency and carelessness. I argue, however, that rather than being something aberrant and a stereotypical sign of the neglect and inefficiency of the postcolonial state, decay – as well as the right to allow for decay – is central to the cultural practice of archiving. [...] Much of the analysis of the archive as an object of critique works within an index of modernity that privileges order and regulation, command and control [...]. Decay, however, signals the outbreak of *le mal d’archive* (archive fever) (Derrida, 1995, p. 12) – it animates the capacity of the archive to deconstruct the teleology of these models that would work to dominate our encounters with this institutional space. (Buckley, 2005, p. 250-251).

A decadência provoca-nos epistemologicamente, na medida em que nos faz refletir sobre como, por exemplo, a narrativa da independência não se consolidou de fato, ou como categoriais coloniais continuam a operar e a moldar relações sociais contemporâneas, ou ainda como o direito e a autoridade de possuir e guardar tais materiais (ou de desapropriar locais para construir novos prédios ou pontes, por exemplo) envolveria, também, o direito de controlar seu desaparecimento. Desse modo, a decadência aparece não como peculiar a Estados Africanos pós-coloniais ou como um sinal estereotipado de negligência e ineficiência desses mesmos Estados, mas, sobretudo, como atributo central para a própria atividade de arquivamento, isto é, uma característica específica da transformação da antiga colônia em uma nação moderna (Buckley, 2005).

Meus encontros com a decadência, portanto, buscam contar um pouco dessa experiência afetiva nos arquivos e, assim, as formas de pesquisa e trabalho que fui desenvolvendo nesses locais. Nesses arquivos pertencentes ao Estado, este é quem tem o

direito e a autoridade de salvaguarda do passado; no limite, eles constituem espaços em que o Estado é, por direito, o *keeper* desses documentos. Os funcionários são, por sua vez, os *gatekeepers* entre esses papéis e os pesquisadores.

Com outros pesquisadores, também estrangeiros em Moçambique, sempre que nos cruzávamos depois de um dia de “escavação” nos arquivos, dividíamos dicas e táticas sobre para quem solicitar os materiais almejados, como proceder em determinadas situações, onde talvez poderíamos encontrar o documento que procurávamos – coisas que dependiam tanto dos funcionários quanto da pessoa que fazia o pedido.

Por exemplo, eu, apenas com minhas cartas da USP e da UEM, tive a entrada liberada para fazer a pesquisa; uma colega, também brasileira e branca, ligada à USP e à UEM, teve que fazer uma carteirinha específica¹⁹. Outra colega, de Portugal, branca e doutoranda, ao insistir por um catálogo, uma lista, qualquer coisa para que pudesse dar uma olhada do que se encontrava em um dos prédios do AHM, recebeu a seguinte resposta: “você vem de Lisboa e acham que as coisas aqui são como lá; não são!”. Esta frase diz muito não apenas sobre a necessidade de ganhar a simpatia dos funcionários, evitar algumas situações, conhecer certas pessoas; revela, também, conotações que dizem respeito a como nossos pressupostos e concepções “ocidentais” moldam nossa perspectiva sobre como um arquivo deve ser arranjado, o que deve conter, como deve ser preservado.

Depois seguiam-se não só a lentidão dos funcionários que traziam os materiais (nem sempre o mesmo), mas também toda a sorte de outras contrariedades como o facto de as caixas que eu solicitava não serem achadas, contrariedades essas que eu via como outras tentativas de impedir meu trabalho. Na certa, alguém havia apostado em interpor-se entre mim e a pista que seguia. Cheguei a um tal estado de nervos que até os feriados e fins-de-semana eram encarados com hostilidade, como se resultassem da decisão de alguém poderoso que achava estar eu na pegada de algo que era vital manter escondido [...]. Se eram feriados, facilmente os podia atribuir a imponderadas decisões de um Governo despreocupado com a produtividade dos cidadãos. Mas, e os domingos? A quem culpar os domingos? Depois, era o intervalo do chá dos funcionários, altura em que todos simplesmente desapareciam [...]. Por fim, havia ainda a hora da saída que, além de injustificadamente temporã – numa altura do dia em que o sol ainda brilhava no alto –, começava a ser preparada com absurda antecipação, quando os funcionários abordavam os leitores perguntando-lhes se ainda necessitavam de mais caixas de documentos, livros ou outro tipo de serviços, e cerravam ostensivamente o semblante no caso de a resposta ser afirmativa. Enfim,

¹⁹ Os valores para os serviços prestados para pesquisadores nacionais e estrangeiros são diferentes, sendo que aos pesquisadores estrangeiros os serviços são cobrados em dólares. Uma tabela dos preços dos serviços do AHM está disponível em: <<https://bit.ly/2IxGBWo>>. Acesso em: 07/05/2018.

despiam as batatas com desdém para que, assim que soasse a hora, pudessem abandonar o local sem mais delongas.

João Paulo Borges Coelho, *Rainhas da Noite*, 2013b, p. 181-182.

Nos dois prédios do AHM, não foi disponibilizado um catálogo. Dessa forma, dependia-se da boa-vontade dos funcionários em fornecer as informações e, se possível, a localização dos documentos. Entendo que o catálogo, o inventário ou a listagem de documentação é esperado pelos pesquisadores, porque é ali que se pode verificar o que está guardado e o que pode ser de interesse para nossas pesquisas. Ademais, e pensando em minha primeira visita em 2015, ir ao arquivo pela primeira vez, muitas vezes, envolve não saber exatamente o que se quer. O catálogo poderia funcionar como mapa a auxiliarmos a percorrer o universo do arquivo, como faz com a cidade. Contudo, se não há mapa, ainda assim se pode descobrir e desvendar caminhos.

Assim, depender da “boa vontade” dos funcionários e escavar o “canto do tempo colonial” são táticas necessárias para se movimentar na organização desse arquivo – ainda mais pensando que em toda desordem há alguma ordem. No prédio do AHM da UEM, por exemplo, era preciso ir tateando entre temas, datas e instituições. O galpão é aberto, com diversas estantes com caixas dispostas, como em uma biblioteca, mas também com caixas dispostas por cantos e paredes. Como fazemos ao caminhar pela cidade, em busca de um café, de um monumento ou de um prédio específico que gostaríamos de visitar, por ali também se caminhava por entre as estantes e as caixas espalhadas.

Normalmente, dois funcionários estão presentes para controlar e tentar ajudar os pesquisadores em suas buscas. Ao procurar por processos judiciais do “tempo colonial”, especificamente da década de 1940, era possível ser mandado para um canto, um corredor talvez, e no mar de caixas e pastas ir, aos poucos, desvendando numerações, abrindo novas caixas, escavando e, contando com a sorte e com o tempo, encontrar (ou não) coisas de interesse. Desse modo, nessas negociações com funcionários e mediante pesquisas de desbravamento, vai-se tecendo um saber sobre a disposição dos arquivos.

Acredito que buscar instituições específicas era uma melhor estratégia, como a Direção de Negócios Indígenas, uma vez que alguns funcionários sabiam a localização das caixas de algumas dessas instituições. Foi somente após muitas visitas ao arquivo que, no *site* do AHM, encontrei os inventários (apesar de nem todos estarem disponíveis *online*) e uma lista com os fundos e coleções tratados e disponíveis no chamado Arquivo Permanente

(prédio da UEM)²⁰. Mas, mesmo assim, nem sempre anotar a cota do documento segundo indicado no inventário da internet significava encontrar a caixa e o material no arquivo.

Por sua vez, no prédio do AHM da Baixa, que concentra jornais, revistas, livros e áudios, também não há catálogo²¹. Enquanto no prédio que fica no campus da UEM pesquisadores e caixas compartilham o mesmo ambiente, nesse prédio da Baixa há uma sala reservada para os pesquisadores: em uma mesa na frente da sala, até quatro funcionários ficam ali, para atender solicitações dos usuários, de novo, como *gatekeepers*, ou guardiões dos segredos do passado e dos tesouros do arquivo; em frente a essa mesma mesa da autoridade, há diversas outras mesas, de ponta a ponta, para os pesquisadores: sob os olhos e a guarda dos funcionários atentos, ficávamos nós, ali, manuseando o passado.

Mais uma vez, é preciso depender do conhecimento e da disposição e dos funcionários. Por exemplo, um funcionário podia simplesmente dizer que não tinham o material que era solicitado – e, nesse caso, não haveria²² o que fazer, uma vez que ele é o guardião e aquele que controla o acesso aos documentos –, enquanto se se perguntasse para um outro funcionário, ele poderia dizer que tinham o material, sim. Às vezes, nem eles mesmos tinham certeza se detinham ou não determinados documentos; e, ao vê-los desaparecer para a outra salinha, eu ficava ali na expectativa para que voltassem de mãos cheias, com alguma coisa que fosse, o que nem sempre acontecia.

Outro elemento importante nessa discussão sobre arquivos é que nós, pesquisadores, ameaçamos o arquivo com nossos próprios corpos que transpiram e que, ao simples toque, ameaçam os documentos, efêmeros aos danos do tempo e dos corpos²³. Se o arquivo produz relações, ele produz, também, o próprio pesquisador enquanto sujeito da pesquisa: essa figura ambivalente, muitas vezes estrangeira, que aparece por uns tempos e depois vai embora, desaparece; que pede por coisas sem parar; que tenta impor sua lógica às dinâmicas do arquivo; que manuseia esses rastros tão frágeis com suas mãos úmidas; e que sai de lá crendo ter achado uma nova história, uma nova falha, uma nova lacuna a enriquecer sua nova perspectiva (cf. Rose, 2000). O que quero dizer com isso é que, em

²⁰ Disponíveis em: <<https://bit.ly/2wWbBd9>> e <<https://bit.ly/2IzRsLp>>. Acesso em: 07/05/2018.

²¹ Nem mesmo na internet foi possível encontrar uma lista com os materiais lá alocados, ainda mais considerando que, segundo o *site* da instituição, o local não é identificado como repositório de documentação.

²² Uso o pretérito imperfeito propositalmente, uma vez que se poderia, ainda, recorrer a outros expedientes diante da suposta negativa do funcionário. Por exemplo, mencionar alguém, como professores ou pessoas reconhecidas enquanto autoridades pelos funcionários, dizendo que tal pessoa disse que eles tinham, sim, o material e que, por isso, se estava procurando aquele documento em específico.

²³ Um trabalho interessante sobre a figura do pesquisador no arquivo, e como sua presença é ambígua, controlada, e que parece, inclusive, incomodar os funcionários, é o da geógrafa Gillian Rose (2000).

nossa busca por contestar o arquivo, de algum modo, contestamos esses funcionários, que sabem que estamos ali para, depois, desmerecer, de alguma forma, seus arquivos: a organização, os sistemas classificatórios, as políticas de preservação.

Essa era uma preocupação minha, especialmente no CDFF. Tendo frequentado assiduamente esse acervo, e como a sala de pesquisa é a mesma em que os funcionários trabalham, estabeleci uma relação muito próxima com alguns deles. Além de me apresentarem o acervo de Rangel e o centro, explicarem como funcionava a organização e me ajudarem a encontrar materiais, compartilhei com eles chás, almoços e conversas em que contavam histórias sobre as fotos, sobre a vida e o círculo de Rangel, sobre o CDFF, sobre a cidade, sobre Moçambique em geral. Muitos dos funcionários estão ali desde o início do projeto, na década de 1980, e esse arquivo é deles, no sentido de que eles ajudaram a “criar” o CDFF, ajudaram a fazer o arquivo, a instituí-lo. Nessa medida, há afeto nessa criação e produção que eles reivindicam, de algum modo, para si.

Tendo em consideração todas essas questões – organização, críticas e questionamentos, aproximações e afetos – e sua relação com a construção da história e memória do país, é preciso ponderar, ainda, que a elaboração de um arquivo é um dos mecanismos privilegiados do poder político para controlar o passado, tanto o que será mantido na memória oficial e material, quanto sobre quem terá acesso a essa memória arquivada (cf. Harris, 2002; Garramuño, 2011). Considerando que o AHM foi um arquivo colonial durante muito tempo, repito a questão: o que fazer com esse passado dos vencedores de então, ou melhor, como guardá-lo e, mesmo, para que guardá-lo? Diante da decadência do arquivo e das ruínas da cidade, uma questão me permaneceu: qual o interesse de preservar esses rastros nessa nação pós-colonial e neoliberal?

Por outro lado, o trabalho sociológico, antropológico e historiográfico sobre o arquivo ameaça as histórias e as memórias oficiais (cf. Borges Coelho, 2013a; 2015). Nessa medida, como lembra Florencia Garramuño (2011), o arquivo pode possibilitar a memória, porque pode comprová-la, assim como, ao mesmo tempo, pode atentar contra memórias já construídas, histórias já contadas, uma vez que em suas estantes e caixas pode morar, esquecido, um documento que contradiga ou acrescente detalhes indesejáveis.

Sabemos que cada memória está sempre ameaçada pelo esquecimento, cada tesouro ameaçado pela pilhagem, cada tumba ameaçada pela profanação. Assim, cada vez que abrimos um livro — pouco importa que seja o Gênesis ou Os Cento e Vinte Dias de Sodoma —, talvez devêssemos nos reservar uns minutos para pensar nas condições que tenham tornado possível o simples milagre de que esse

texto esteja aqui, diante de nós, que tenha chegado até nós. Há tantos obstáculos. Queimaram-se tantos livros e tantas bibliotecas. E mesmo assim, cada vez que depomos nosso olhar sobre uma imagem, deveríamos pensar nas condições que impediram sua destruição, sua desaparecimento. Destruir imagens é tão fácil, têm sido sempre tão habitual.

Georges Didi-Huberman, *Quando as imagens tocam o real*, 2012, p. 210.

Nessa medida, cabe a pesquisadores e público geral interessado fazer do arquivo um espaço de contestação, perceber o que falta e o que sobra, enfim, construir uma história e uma memória, digamos, contra hegemônica e heterotópica dos processos de conservação e de produção de memórias oficiais. O trabalho em arquivos e as opções específicas que orientam a leitura e a seleção dos materiais ecoam a questão colocada por Cunha (2005, p. 17): afinal, até que ponto registros sobre/de outrem, transformados pelos múltiplos regimes e efeitos de verdade próprios dos arquivos, “poderiam ‘fazer sentido’ e incitar novas narrativas, não só sobre o passado convertido em ‘documento’, mas, também, sobre o presente tornado relevante e sujeito a novas leituras e encontros?”.

III. ARQUIVOS: ENTRE IMAGENS E MEMÓRIAS

We may call Eurydice forth from the world of the dead, but we cannot make her answer; and when we turn to look at her we glimpse her only for a moment, before she slips from our grasp and flees. As all historians know, the past is a great darkness, and filled with echoes. Voices may reach us from it; but what they say to us is imbued with the obscurity of the matrix out of which they come; and, try as we may, we cannot always decipher them precisely in the clearer light of our own day.

Margareth Atwood, *The handmaid's tale*, 1998, p. 311.

O que revirar o baú dos arquivos e das memórias pode revelar? Tempo colonial, tempo Samora, tempo revolucionário, tempo da guerra, tempo presente: estas temporalidades apareceram, ao longo do trabalho de campo, no arquivo e nas conversas com intelectuais, amigos e familiares de Rangel, bem como em conversas informais com as mais diversas pessoas – articulando diversos marcadores sociais: geracionais, raciais, de gênero e classe. Esses “tempos” parecem, em alguma medida, se imiscuir. Voltei da minha última visita a Moçambique com essa ideia na cabeça, isto é, que ali, no arquivo, na cidade e no dia a dia, essas temporalidades estavam emaranhadas. Omar Ribeiro Thomaz (2009) já havia notado esse “entranhamento” do passado no presente em Moçambique.

No arquivo, as fotografias, ainda que agrupadas e ordenadas segundo certos critérios classificatórios, ainda que com algumas informações de contexto, estão, ao

mesmo tempo, “em suspensão”, e é ao “abrir” o arquivo que se colocam algumas questões: “quais [os] questionamentos que as imagens suscit[am]? Como [...] desvendar o que se vê, entrever as dificuldades, as pistas, as limitações? Como recompor uma memória em imagens?” (Samain & Bruno, 2016, p. 96-97).

Adentrar o arquivo implica também um trabalho de seleção, montagem e imaginação. Expor as falhas e os caminhos do arquivo revela o trabalho de entrada e descoberta desse local. Para Walter Benjamin (1994, p. 228), “a existência do colecionador é uma tensão dialética entre os polos da ordem e da desordem”. Nesse percurso, a (des)ordem, ou decadência, encontrada no AHM e seus corredores, ou no CDFF e suas caixas e pastas físicas e digitais remexidas e cruzadas, revela desejos e afetos que circulam por esses ambientes; revela sobre meus próprios processos e percursos metodológicos e epistemológicos de reflexão: as expectativas prévias sobre o arquivo, o encontro com a cidade, o nervosismo ao ver e manusear as fotografias pela primeira vez, as negociações com funcionários. São tensões e afetos constitutivos do trabalho de pesquisa.

Escavar o arquivo é desvendar como a suposta ordem, tão quista por alguns discursos, é instável, sempre na iminência de se desequilibrar. Até porque, como continua Benjamin (1994, p. 228), “toda ordem é precisamente uma situação oscilante à beira do precipício”. Aprender a circular pelos corredores, caixas e pastas é, também, emaranhar-se neles. Afinal, conforme aponta Harris, o arquivo não é um silencioso retiro para pesquisadores, mas um campo de batalha:

The archival record [...] is best understood as a sliver of a sliver of a sliver of a window into process. It is a fragile thing, an enchanted thing, defined not by its connections to “reality,” but by its open-ended layerings of construction and reconstruction. Far from constituting the solid structure around which imagination can play, it is itself the stuff of imagination (Harris, 2002, p. 84-85).

Minha prática do arquivo envolve tanto a exploração das estantes quanto o caminhar pelas ruas. As histórias recolhidas e as experiências vividas compreendem investimentos afetivos e interesses de pesquisa. Meu olhar duplo para a cidade, e para o arquivo, um influenciando o outro, faz refletir sobre continuidades e rupturas entre esses tempos tão diversos e, também, sobre essas outras histórias que podemos fazer surgir de nossas escavações. Os arquivos não são lugares silenciosos, nem os documentos que eles guardam: são objetos permeados por relações e subjetividades que ressignificam tanto as imagens quanto a própria pesquisa de campo. As conversas com pessoas que conviveram

com Rangel, com professores e amigos, a convivência e negociações com funcionários dos arquivos, o contato com objetos, fotografias e jornais, os lugares pelos quais caminhei, tudo constitui experiências determinantes que afetara e ainda afetam minha pesquisa.

Para além dos próprios documentos guardados nos arquivos, outros vestígios se fazem presentes e são essenciais para desvendar e escavar esses espaços: as fotografias de Rangel penduradas por todas as salas do CDFF conferem ao local uma aura biográfica, insinuando atividades e presenças do fotógrafo pelas paredes, cômodos e materiais. Podemos, inclusive, pensar o quanto o acervo de Rangel no CDFF não é uma autobiografia, posto que foi o próprio fotógrafo quem conservou os negativos e reproduções, selecionando-as, separando-as – tendo participado, aliás, do processo de digitalização, da seleção de *slides* e informando sobre datas, locais e eventos. Assim, querendo ou não, ele próprio foi, em alguma medida, o responsável por moldar o que queria que fosse visto, o que queria que fosse guardado e o que queria que fosse lembrado de sua obra. Na Fototeca Nacional, na sala onde estão guardadas as fotografias e os negativos, em uma estante de madeira, dois pequenos bustos de Lênin vigiam nosso trabalho – o meu e o das funcionárias.

A Frelimo soube compor sua própria história e a do país, resgatando o passado e tornando-o presente²⁴. Além disso, o movimento utilizou (e soube utilizar muito bem) a tecnologia fotográfica para acompanhar e documentar sua luta de libertação e, posteriormente, para constituir um processo de oficialização dessa memória. As imagens dos acampamentos e das zonas libertadas, dos caminhos pelo território moçambicano, dos congressos, tudo isso foi tornado imagem e, na época, distribuído internacionalmente²⁵. Muitas dessas imagens se encontram, hoje, na Fototeca Nacional – guardadas por Lênin.

Para a antropóloga Maria Paula Meneses (2015a), a história da luta armada é o elemento fundamental da estruturação do projeto nacional e da construção dos sentidos de pertencimento à nação. Essa narrativa se focou na denúncia do colonialismo e na questão

²⁴ Podemos notar isso no resgate de figuras, como Ngungunhane, que se torna uma figura heroica, símbolo da resistência do povo moçambicano à invasão externa. Ngungunhane foi o último imperador do Império de Gaza, ao sul de Moçambique, no período de 1884 a 1895, império que subjugou outros tantos. Em 1895, ele foi preso pelo exército português e, logo depois, desterrado para os Açores. Sobre o Império de Gaza, cf.: Serra (1982a; 1982b). Sobre Ngungunhane, podemos perceber sua importância no imaginário social, inclusive, pelo interesse da literatura em sua figura, com livros como *Ualalapi*, de Ungulani Ba Ka Khosa (2013) e a trilogia *As areias do imperador*, de Mía Couto (2015; 2016; 2017).

²⁵ Utilizadas, por exemplo, na publicação periódica da Frelimo, *Mozambique Revolution* (1963-1975). Os fotógrafos Artur Torohate, Jambo e Daniel Maquinasse compartilhavam essa tarefa que era a de documentar a luta armada – após a independência, passaram a trabalhar para o governo.

do trabalho forçado. Todavia, é preciso pensar que, se a narrativa oficial denuncia a exploração do tempo colonial, a isso seguiu-se a “caça” aos “improdutivos” do país pelo Estado – nos anos 1980, enviados à campos de reeducação e trabalho²⁶.

Nessa medida, podemos refletir o quanto os arquivos, na construção da história oficial, desempenham um papel fundamental de seletividade. Como se preservam esses restos materiais do passado, quem preserva e quem, posteriormente, faz com que desapareçam são aspectos fundamentais da relação entre poder, autoridade e memória – lembrando que o Estado é o *keeper* de tais materiais. Entretanto, se, por um lado, é possível analisar como a construção do arquivo está conectada com a transmissão de determinadas histórias, de forma inversa, é possível, partindo desse mesmo arquivo, chegar à transmissão de histórias outras e refletir as narrativas da decadência e as disputas entre memória e esquecimento. Segundo Meneses (2015b), os aspectos do passado que são lembrados e os que são esquecidos ou silenciados refletem agendas do presente. Se há uma “limpeza” nas narrativas e memórias oficiais e políticas sobre a guerra de libertação, há, também, como aponta Thomaz (2009), muitas memórias sendo colocadas em jogo cotidianamente²⁷.

Trazendo para o meu caso, eu diria que as histórias sobre Ricardo Rangel, contadas por amigos ou encontradas nos textos publicados sobre ele, em seus ensaios e exposições, geram uma imagem específica sobre o fotógrafo – que, inclusive, afetava meu trabalho com seu acervo, que, por sua vez, afetava minha relação com a cidade. Rangel monopoliza um pouco a narrativa sobre a fotografia moçambicana e essas histórias promovem um imaginário sobre ele e sua obra. Fotógrafo de origem mista, filho de mãe negra e pai branco, viveu entre a cidade de caniço e a cidade de cimento. É necessário refletir sobre a trajetória de Rangel para auxiliar na compreensão de seu olhar em relação ao cotidiano colonial, desvelando tanto a face violenta, discriminatória e racista do regime, como as disputas e táticas usadas pela população para viver sob tal regime²⁸.

Em suas imagens, existem vestígios que podem conduzir a outras histórias e memórias. As fotos da baixa da cidade, com seus homens brancos sentados na esplanada

²⁶ Para Meneses (2015b), o envio de pessoas a campos de reeducação foi prática já no pós-independência; contudo, na década de 1980, isso se torna uma política de Estado organizada com a “Operação Produção”.

²⁷ Claramente, há uma relação de poder entre essas memórias: as primeiras elevadas ao nível político, repetidamente contadas e escritas, e as segundas circulando entre as pessoas, narradas em conversas e encontros cotidianos, dispersas pela cidade.

²⁸ Não quero esboçar Ricardo Rangel como um homem comum – por isso, a necessidade de situá-lo –, já que ele teve acesso e circulação entre diversos campos e espaços sociais, ocupando uma posição que lhe permitiu fotografar esse cotidiano.

do café servidos por um jovem negro; de mulheres, brancas e negras, quase em fila, atravessando a então Avenida da República, atual Avenida 25 de Setembro. Fotos de captura discreta, de dentro do carro, de um policial branco a ordenar a inspeção de um homem negro, enquanto o magro soldado, também negro, procede à revista do homem negro sendo revistado pela polícia. A imagem de amigos e familiares indianos hindus²⁹ separados pelo arame do campo de concentração para sua posterior expulsão, em 1961 – depois da anexação de Goa pela União Indiana. Em um bairro de caniço, um menino corre de um homem branco, enquanto que outros transeuntes observam a cena.

Essas fotos tocam um cotidiano bastante específico, e também fazem referência a histórias de resistências e violências diversas, que não couberam (ou foram excluídos) na história oficial e na memória política do Estado. Se as imagens fazem referência à desigualdade, violência e opressão, elas também revelam sobre o processo do fotógrafo e sobre cotidianos e táticas³⁰ para viver sob esse regime.

O antropólogo Carlos Brandão (2004), em sentido similar, afirma que as imagens interessam não só pelo que produzem, mas pelo que fazem acontecer; elas não apenas ilustram ou comunicam, mas sugerem, tocam, afetam e provocam. Afinal,

[...] uma boa foto não é, mesmo quando feita para ser uma informação jornalística, aquela que retrata de maneira uniforme o existir [...], [mas] aquela que desafia [...]. A imagem fotográfica [...] é sempre uma inscrição, um corte, um recorte, um fragmento de escolha. [...] A foto acaba sendo uma imagem produzida para ser incompleta, sempre imperfeita, sempre relativamente inadequada. [...] [A fotografia] é boa para olhar e para pensar, a imagem que ela me oferta realiza-se pelo efeito de apelo visual que inclui e, ao mesmo tempo, transcende a informação e o conhecimento. Ela vale justamente pelo que mostra-e-diz nela e nos intervalos de suas fronteiras. [...] E ela tem, com ou mesmo para além das palavras, o poder de tornar visíveis os cenários da vida e do desejo (Brandão, 2004, p. 36-40).

Dessa forma, pelo olhar pedestre de Rangel, acredito que podemos observar os rastros dos paradoxos e contradições do próprio colonialismo português (o racismo, a segregação, a iniquidade e a violência, em contraposição ao discurso lusotropicalista e a

²⁹ É importante a menção à religião desses indianos, pois os que foram enviados aos campos eram, principalmente, hindus da antiga Índia britânica. A maioria dos muçulmanos indianos se proclamaram paquistaneses (o Paquistão sendo, então, um aliado de Portugal). Sobre a comunidade indiana e goesa em Moçambique, cf.: Gupta (2009) e Zamparoni (2008).

³⁰ Penso, aqui, no sentido de tática atribuído por Michel De Certeau (2008), na ideia de movimentos e ações que são tomadas nos interstícios de uma guerra travada no campo do inimigo, que privilegia o tempo e joga com elementos já estabelecidos.

suposta vocação portuguesa e sua boa índole com os colonizados). Lourenço Marques, como toda cidade colonial, era uma cidade cindida por uma divisão e hierarquia racial que se (re)produzia na geografia e na arquitetura, nas relações sociais e de trabalho, nos locais a se frequentar, na moda e no lazer.

Além disso, acredito que o que esse olhar dá a conhecer segue atual se pensarmos nas contradições da Maputo de hoje, nas desigualdades e táticas para viver o presente, nas presenças desse tempo nas ruas da cidade. Uma série de fotografias Rangel, por exemplo, captura a derrubada da estátua de Mouzinho de Albuquerque, em 1974, onde hoje se encontra a de Samora Machel. Esse e outros despojos coloniais podem ser encontrados, hoje, sob os muros da Fortaleza, ou na entrada lateral da Biblioteca Nacional, virados para a parede, como que de castigo. Eu diria, ainda, que essas imagens se posicionam, agem, aproximam e alargam o visível, pois dão a ver um cotidiano popular, negro e misto, que contesta tanto os discursos oficiais da época quanto o próprio presente.

Escavar o arquivo e a cidade, buscar contra leituras por detrás do que foi oficializado e é sempre repetido, perceber essas outras memórias do passado são tentativas de resgatar esse passado não em razão de uma nostalgia difusa (e absurda), mas, isso sim, para atualizá-lo e dar sentido às lutas de hoje.

Refletir, aqui, em torno das ruínas da cidade, de suas ruas e caminhos, bem como dos caminhos descobertos e trilhados nos arquivos, seus movimentos e ritmos, foi uma tentativa de refletir como histórias e memórias podem colocar em xeque histórias já sedimentadas, a fim de que elas sejam disputadas e transformadas continuamente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ATWOOD, Margareth. *The Handmaid's Tale*. Nova York: Anchor Books, 1998.
- BA KA KHOSA, Ungulani. *Ualalapi*. Maputo: Nandyala, 2013.
- BARTHES, Roland. *Fragments d'un discours amoureux*. Paris: Éditions du Seuil, 1977.
- BENJAMIN, Walter. *A Berlin Chronicle*. Nova York: Schocken Books, 1978.
- _____. *Obras Escolhidas II - Rua de Mão Única*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BORGES COELHO, João Paulo. Abrir a fábula: questões da política do passado em Moçambique. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 106, 2015. Disponível em: rccs.revues.org/5926. Acesso em: 10/08/2017.

- _____. *Crónica da rua 513.2*. Maputo: Ndjira, 2009.
- _____. *Memória das Guerras Moçambicanas*. Conferência, Coimbra: Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia, 5 de Julho de 2007.
- _____. Politics and Contemporary History in Mozambique: A Set of Epistemological Notes. *Kronos*, University of Western Cape, v.39, n.1, 2013a.
- _____. *Rainhas da Noite*. Maputo: Ndajira, 2013b.
- BRANDÃO, Carlos R. Fotografar, documentar, dizer com a imagem. *Cadernos de Antropologia e Imagem*, Rio de Janeiro, UERJ/NAI, n. 18, 2004.
- BUCKLEY, Liam. Objects of Love and Decay: Colonial Photographs in a Postcolonial Archive. *Cultural Anthropology*, Vol. 20, n. 2, 2005.
- CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- CASTELO, Cláudia; THOMAZ, Omar R.; NASCIMENTO, Sebastião; CRUZ E SILVA, Teresa (Orgs.) *Os outros da colonização: ensaios sobre o colonialismo tardio em Moçambique*. Lisboa: ICS, 2012.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano – artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- COUTO, Mia. *As areias do imperador 1: mulheres de cinza*. Maputo: Fundação FLC, 2015.
- _____. *As areias do imperador 2: a espada e a azagaia*. Maputo: Fundação FLC, 2016.
- _____. *As areias do imperador 3: o bebedor de horizontes*. Maputo: Fundação FLC, 2017.
- CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Do ponto de vista de quem? *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.36, julho-dezembro de 2005.
- _____. Tempo imperfeito: uma etnografia do arquivo. *MANA*, v.10, n.2, 2004.
- DARCH, Colin. Transversalidade no Centro de Estudos Africanos em Moçambique, 1976-1986: a construção de uma nova visão nas ciências sociais. *Revista de Antropologia*, USP, v.60, n.3, 2017.
- DERRIDA, Jacques. *Mal de Arquivo: uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. Quando as imagens tocam o real. *Pós*, v.2, n.4, 2012.
- FERNANDES, Carlos. “Actualidade, urgência e colectivo na emergência de um novo campo de saber em Moçambique: o caso do CEA, 1976-1986”. In CRUZ E SILVA, Teresa; COELHO, João Paulo Borges; SOUTO, Amélia Neves de (Orgs.). *Como fazer ciências sociais e humanas na África*. Dakar: CODESRIA, 2012.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.
- GARRAMUÑO, Florencia. “Da memória à presença: práticas de arquivo na cultura contemporânea. In: SOUZA, Eneida M^a. de; MIRANDA, Wander M. (Orgs.). *Crítica e Coleção*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

- GUPTA, Pamila. Portuguese (De)colonization and Goan Migration in the Indian Ocean. *Journal of Asian and African Studies*, v.44, n.1, 2009.
- HARRIS, Verne. The Archival Sliver: Power, Memory, and Archives in South Africa. *Archival Science*, n.2, 2002.
- MENDONÇA, Fátima. *João Albasini e as luzes de Nwanzengele*. Maputo: Alcance Editores, 2014.
- MENESES, Maria Paula. Memórias de violências: Que futuro para o passado?. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.106, 2015a. Disponível em: <http://rccs.revues.org/5867>. Acessado em 23/02/2018.
- _____. Xiconhoca, o inimigo: Narrativas de violência sobre a construção da nação em Moçambique. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.106, 2015b. Disponível em: rccs.revues.org/5869. Acesso em 10/08/2017.
- RIZZO, Lorena; SMITH, Tina; GRENDON, Paul; MIESCHER, Giorgio. *Usakos, photographs beyond ruins*. Suíça: Basler Afrika Bibliographien, 2015.
- ROSE, Gillian. Practising photography: an archive, a study, some photographs and a researcher. *Journal of Historical Geography*, v.26, n.4, 2000.
- SAMAIN, Etienne; BRUNO, Fabiana. Como pensar e fazer pensar um arquivo fotográfico: uma dupla experiência. *Revista Visagem*, v.2, n.1, 2016.
- SARLO, Beatriz. *A cidade vista: mercadorias e cultura urbana*. São Paulo: WMF, 2014.
- SEKULA, Alan. "The Body and the Archive". In: BOLTON, R. (Org.). *The Contest of Meaning*. Cambridge: MIT Press, 1989.
- SERRA, Carlos (dir.). *História de Moçambique – Agressão Imperialista (1886/1930)*. Maputo: Departamento de História-UEM/Tempográfica, 1982a.
- _____. (dir.). *História de Moçambique – Primeiras sociedades sedentárias e impacto dos mercadores (200/300-1886)*. Maputo: Departamento de História-UEM/Tempográfica, 1982b.
- STOLER, Ann Laura. *Along the Archival Grain: Epistemic Anxieties and Colonial Common Sense*. Princeton: Princeton University Press, 2010.
- THOMAZ, Omar R. "Raça", nação e status: histórias de guerra e "relações raciais" em Moçambique. *REVISTA USP*, São Paulo, n.68, p. 252-268, dezembro/fevereiro 2005-2006.
- _____. Moçambique: Identidade, colonialismo e libertação - Não vamos esquecer. *Via Atlântica*, USP, n.16, 2009.
- ZAMPARONI, Valdemir. Vozes asiáticas e o racismo colonial em Moçambique. *Lusotopie*, v.XV, n.1, 2008.